

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE  
2010:-----**

Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e cinco minutos, teve lugar a primeira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009;
- 1.2 – LEITURA DE EXPEDIENTE

**II – ORDEM DO DIA**

- 2.1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.2 – REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO/APROVAÇÃO;
- 2.3 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA= APROVAÇÃO DO REGULAMENTO PROVISÓRIO;
- 2.4 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA = INDICAÇÃO DE DOIS CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE (ALINEA K, DO ARTº4º DO REGIMENTO), POR CADA GRUPO PARLAMENTAR;
- 2.5 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2010=APROVAÇÃO;
- 2.6 – ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO E RECTIFICAÇÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO=APROVAÇÃO;
- 2.7 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO;
- 2.8 – ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2010 DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES/CONHECIMENTO;
- 2.9 – RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO/CONHECIMENTO.

**III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinados os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Edite da Conceição Alves da Cruz, Inês Maria Varela Matos, Joaquim

Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Fernando Abel Simões, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Esmeraldo Ferreira Gomes, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência do Sr. Deputado José Augusto Morais de Sousa. Esta falta foi justificada por motivos de conhecimento público.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009. Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a acta aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto um ponto dois: LEITURA DE EXPEDIENTE. Dada a palavra ao Primeiro Secretário, este informou a Assembleia que tinha sido recebido o ofício nº47/2009, de 30/12 de 2009 da Assembleia Municipal de Vila do Conde onde se dava conhecimento da aprovação de uma proposta de resolução para que o Governo retome a instituição da Regionalização. O teor desta proposta estava ao dispor dos Srs. Deputados para consulta na Câmara Municipal.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia propôs um voto de pesar e o guardar de um minuto de silêncio pelo recente falecimento de António Alexandre Varela Gomes que foi Deputado desta Assembleia nos dois anteriores mandatos. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Foi depois também proposto pelo Sr. Presidente da Assembleia e pelo Partido Socialista um voto de pesar pelo recente falecimento do pai do Sr. Deputado José Augusto Morais de Sousa. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Da aprovação destes votos de pesar será dado conhecimento às respectivas famílias.

O Sr. Presidente da Assembleia solicitou de seguida ao Sr. Presidente da Câmara que conforme o decidido na última sessão apresentasse o resultado do fecho de contas das Festas da Cidade de 2009. Este começou por dizer que se associava aos dois votos de pesar manifestados anteriormente e informou que nas Festas da Cidade de 2009 se registou um prejuízo de cerca de 30 mil euros, verificando-se uma receita de cerca de 72 mil euros e uma despesa de cerca de 102 mil euros.

O Sr. Presidente da Assembleia a pedido do Sr. Presidente da Câmara solicitou a seguir aos Srs. Deputados que ainda não tivessem manifestado a intenção de receber a correspondência por e-mail que o fizessem pois isso evitaria gastos bastante significativos, nomeadamente em papel.

Foram de seguida abertas as inscrições aos Srs. Deputados para intervir neste período, verificando-se as inscrições de Esmeraldo Gomes e Rui José Branquinho.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Deputado Esmeraldo Gomes que solicitou esclarecimentos do porquê da construção de um muro à entrada da Gestosa na Estrada Nacional nº2 onde o alinhamento foi efectuado a uma distância do eixo da via bastante inferior ao alinhamento dos muros que já tinham sido construídos anteriormente. Por isso focava a dualidade de critérios que se verificava para com os moradores, o não ter sido acautelada uma futura hipótese para alargamento da via e a diminuição do espaço para protecção dos peões. Queria também focar um pequeno comentário feito pelo Sr. Presidente da Câmara na última sessão onde denunciou queixinhas feitas sobre a substituição das janelas do edifício da Câmara Municipal. Procurou informar-se sobre a situação e por isso e porque o edifício fazia parte da faixa de protecção do Pelourinho, que conforme o definido no PDM obriga a que qualquer intervenção a efectuar nos edifícios daquela zona deva ter uma autorização do IGESPAR, o que não tinha acontecido. O Sr. Presidente deu a explicação da poupança de energia, o que até aceitava, mas o que estava em causa era a atitude, porque não cumprindo a Lei estava a dar um mau exemplo aos cidadãos, abrindo um precedente pois naquela zona qualquer cidadão poderá fazer alterações nos seus edifícios sem dar satisfações a ninguém. Achava que era fundamental preservar o arquitectónico que tem sido sujeito a tantos atentados. Como são as Câmaras que têm uma palavra a dar aquando das intervenções dos particulares, perguntava ao Sr. Presidente como iria agir, se iria aplicar o ditado “Olha para o que eu digo e não para aquilo que eu faço”.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que tinha conhecimento sobre o caso apresentado do muro à entrada da Gestosa uma vez que passava lá e via. Havia uma justificação que tinha a ver com o cumprimento da Lei e que resultava da passagem da via de Nacional para Municipal, onde as distâncias a guardar eram diferentes. Os muros que foram construídos anteriormente tinham uma distância maior do eixo da via pois na altura a estrada era Nacional, agora como era Municipal a distância para o eixo da via era menor. Também achava que devia ter havido igualdade de tratamento, mas os serviços não tinham enquadramento legal para o fazer. O que a Câmara poderia fazer agora era aceitar que os donos dos muros feitos anteriormente os alinhem agora pelo que está mais avançado. Em relação às janelas da Câmara Municipal confirmou que não foi solicitado o parecer ao IGESPAR, porque quando se fizeram as obras de requalificação da Rua Alexandre Herculano e das ruas adjacentes foi enviado o processo e só depois de meio ano após as obras estarem concluídas é que apareceu o parecer. Não se podia estar sempre à espera dos pareceres do IGESPAR, já tinha sido feita a comunicação ao IGESPAR e agora aguardavam. Corrigia que a faixa de protecção existente era em relação à Casa dos Arcos e não em relação ao Pelourinho. Aí sim todos os edifícios estão sujeitos à acção do IGESPAR. Na sua opinião o que o IGESPAR fazia pelo Património era zero. Deu o exemplo da tentativa que foi feita para recuperar a Casa Paroquial e a resposta do IGESPAR foi que só se poderia fazer a intervenção quando a Casa Paroquial caísse. Era assim que o IGESPAR tratava o Património. Em relação aos munícipes disse que a Câmara estaria sempre do seu lado em qualquer situação. Realçou novamente a demora dos pareceres do IGESPAR e as pessoas e as entidades não podiam estar tanto tempo à espera destes pareceres, havendo ainda situações que para dilatar os prazos eram pedidas informações que na maior parte das vezes já faziam parte do processo.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado Esmeraldo Gomes para perguntar qual foi o parecer do IGESPAR e para discordar da informação do Sr. Presidente da Câmara quando disse que o Pelourinho não fazia parte da zona de protecção apresentada no PDM.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara confessou que desconhecia que o Pelourinho fosse classificado, pois até já nem era o original.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Rui Branquinho que fez a sua intervenção referindo-se ao afirmado pelo Sr. Deputado Esmeraldo Gomes na última sessão aquando do debate da derrama. O Sr. Deputado referiu na altura a grande dificuldade das empresas em resultado da grave crise económica que se verifica por todo o mundo e que nos últimos quatro anos não se recordava da instalação de qualquer empresa no Concelho. Achava contraditória aquela opinião, pois se por um lado era focada a crise económica e o consequente grande número de desempregados, não se podia por outro lado exigir que se instalassem novas empresas no Concelho. De qualquer das formas gostava de referir que quem definiu a estratégia empresarial de Santa Comba Dão foi o Partido Socialista que durante dezasseis anos esteve no poder, recordava-se de sempre ouvir dizer que um alto dirigente do Partido Socialista com participação directa na gestão do Município, que Santa Comba Dão seria sempre um Concelho de comércio e serviços e nunca um Concelho empresarial. Lembrou depois algumas das empresas criadas (Ribamondego, DIN, Scropolumba, Cifial, Dierre e Favir) destas a Ribamondego, DIN, Scropolumba e Favir já existiam antes de 1989, todas estas empresas foram instaladas ou pertenciam a pessoas de Santa Comba Dão e portanto ninguém de fora do Concelho teve interferência na sua instalação. Restavam duas Cifial e Dierre e portanto estava espelhado o resultado de 16 anos em instalação de empresas no Concelho. Gostava também de chamar a atenção do PS para os dados estatísticos do Instituto do Emprego, referentes a SCDão onde se poderá observar a evolução do emprego e desemprego. Em 2004, 2005 e 2009 o desemprego diminuiu. Em relação a empresas novas disse que no anterior mandato apareceram quatro empresas que deram origem a cerca de oitenta novos postos de trabalho e sobre este assunto gostava que o Sr. Presidente da Câmara se pronunciasse.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que nos últimos quatro anos conforme o observado pelo Sr. Deputado Rui Branquinho houve uma evidência: a crise financeira que assola o País. Os Srs. Deputados do Partido Socialista têm o hábito de achar que SCDão é um oásis no meio da crise que se verifica no País inteiro. Não é assim, embora às vezes pareça, pois os dados do desemprego assim o deixam a entender. Em Dezembro de 2004 havia no Concelho 408 desempregados, em Dezembro de 2009 havia 373 desempregados. Houve uma diminuição da taxa de desemprego em relação àquelas datas, mesmo em estado de crise. Houve apenas uma empresa que fechou, com 40 trabalhadores e que já há alguns anos vinha a ter dificuldades, houve também algumas empresas que diminuíram a sua produção através do processo de Lei out, empresas estas ligadas ao meio da construção civil que foi por ventura o sector que deu origem à crise através da queda do negócio imobiliário. Também houve empresas que aumentaram a sua produção (Ribadão e Ribamondego). Registou-se a instalação de novas empresas, uma empresa do grupo Aquinos (no Parque Industrial da Guarita), na ex-Agrobate, a empresa Ambi2r, instalou-se a Labialfarma cujo projecto já vinha do executivo Socialista embora não esteja ainda em produção e instalaram-se as empresas Beira Jardins e Bio Dão. Para esta altura de crise não lhe parecia que tivesse sido assim tão mau. Sabia que era fácil descobrir e apontar o que é mau e para quem está do outro lado é difícil descobrir o que é bom, mas também lhe cabia a ele desmentir os dados que passavam para a opinião pública.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Esmeraldo Gomes para dizer que estranhava as palavras do Sr. Deputado Branquinho pois o que tinha pedido na última sessão foi a redução da derrama por achar que efectivamente e atendendo ao facto de existir a crise por todos conhecida não era justo estar a taxar os parques lucros que as empresas tinham, pois achava que esses lucros deviam ser utilizados na criação de mais emprego. Estranhava também que tivesse dito que o Partido Socialista tinha definido há anos que o Concelho apenas teria empresas de serviços, pois a informação que tinha era ter sido no mandato do Eng. Daniel que tinha sido definido que SCDão seria essencialmente um Concelho de serviços, pois se o PS o tivesse pensado não haveria as zonas industriais que criou,

daí não perceber o porquê daquela afirmação, pois se o PS não fosse apologista da instalação de empresas, logicamente que não haveria parques industriais. Em relação às empresas que efectivamente se instalaram no Concelho, não disse que tivesse sido assim, disse que não tinha conhecimento que se tivessem instalado empresas, aceitava que algumas se tivessem instalado, mas também sabia que algumas fecharam e se fossem fazer o saldo entre as que fecharam e as que abriram se calhar o saldo ficava ela por ela.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto 2 do Artº19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse ser a informação enviada aos Srs. Deputados já suficientemente esclarecedora relativamente a todos os pelouros, estando ali espelhada toda a actividade do Município desde a última sessão. Em relação à situação financeira solicitava ao Sr. Presidente da Assembleia e uma vez que esta estava ligada ao assunto contemplado pelo ponto dois ponto sete autorização para que se referisse a ela nessa altura.

Abertas as inscrições para intervenção, a Sra. Deputada Edite Cruz solicitou também que fizesse a sua intervenção quando se debatesse o ponto dois ponto sete pois o que queria apresentar também se relacionava com o assunto em análise.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO/APROVAÇÃO. Não tendo sido recebida qualquer proposta de alteração ao Regimento anterior e não havendo pedidos de intervenção foi posto à votação o Regimento do mandato anterior que já tinha sido distribuído a todos os Srs. Deputados. Este Regimento foi aprovado por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto três: CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA= APROVAÇÃO DO REGULAMENTO PROVISÓRIO. Não havendo pedidos de intervenção, o regulamento apresentado pela Comissão foi posto à votação, sendo aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro: CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA = INDICAÇÃO DE DOIS CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE (ALINEA K, DO ARTº4º DO REGIMENTO), POR CADA GRUPO PARLAMENTAR. A Sra. Deputada Inês Matos indicou por parte do PPD/PSD os cidadãos: Sérgio Manuel Morais da Costa e Luciano Lopes Cardoso. O Sr. Deputado João Boto Martins indicou por parte do PS: Esmeraldo Ferreira Gomes e Fernando Abel Simões. Estas indicações postas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto cinco: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2010=APROVAÇÃO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que informou ser esta alteração resultante da necessidade de inscrição de rubricas de despesa que não tinham, por lapso sido incluídas no orçamento e ainda para mudar na receita duas rubricas em resultado da introdução do novo classificador económico. A totalidade do valor do orçamento não era alterada.

Não havendo pedidos de intervenção, esta revisão ao orçamento foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis: ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO E RECTIFICAÇÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO=APROVAÇÃO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que informou ser a proposta resultante de existirem várias zonas industriais nos sítios onde estavam implantados aviários, alguns já desactivados, havendo assim necessidade de desclassificar essas zonas e também em virtude da entrada em vigor do Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira que obrigava a uma alteração do PDM por adaptação. Como o POAA é um plano de ordem superior ao PDM e por isso se sobrepõe, o PDM teria que se adaptar às condicionantes do POAA.

Não havendo pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto sete: APRECIÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez a apresentação do relatório. Começou por dizer que este Plano teve vários condicionalismos que o afectaram neste período. O primeiro foi o já existirem compromissos assumidos antes, durante e depois da elaboração do Plano, destacando-se as empreitadas que estão em curso, a construção do Centro Educativo Norte, a requalificação da Ex-Nacional 2 e Ex-Nacional 234, a construção de dois Polidesportivos cobertos nos Centros Educativos Centro e Sul, a aquisição de equipamento informático, quadros interactivos e mobiliário para os Centro Educativos, a construção da Ecopista do Dão e a execução da rede de saneamento básico. Considerou a entrada em vigor do QREN como a última oportunidade para o País se aproximar do nível de desenvolvimento europeu e por isso o Concelho não poderia deixar de se candidatar a tudo quanto fossem as grandes opções de desenvolvimento. As candidaturas àquelas obras originaram a que se assumissem custos de cerca de mais de 4 milhões de euros que ainda não tiveram a devida comparticipação comunitária. Já foram assinados três contratos de financiamento e aguarda-se que sejam disponibilizadas as verbas que são necessárias para poder equilibrar as contas. Houve ainda outras situações que condicionaram este primeiro relatório: a diminuição em cerca de 11.6% das receitas provenientes dos impostos locais, a incapacidade do Município em gerar receitas extraordinárias devido à crise que se vive e que estavam consideradas. Estas receitas tinham essencialmente a ver com a venda de imobiliário e terrenos, nesta altura era preferível esperar algum tempo e depois da recuperação económica tentar obter essas receitas. Outro factor que considerou importante foi o falhanço nas expectativas do que seriam as comparticipações dos fundos comunitários nos diversos projectos. As expectativas eram umas e afinal as comparticipações reais eram em valor muito inferior, focando entre outros o exemplo da construção do Centro Educativo Norte e que já foi apresentado na última sessão conforme consta da acta. Todos estes condicionalismos obrigam a uma tomada de decisões que já estão a implicar um corte de cerca de 10% nas despesas correntes até ao final do ano e também a adiar alguns projectos relacionados com a regeneração urbana e com a mobilidade territorial e que eram importantes para a economia local. O corte nas despesas de capital incidirá mais em 2011 uma vez que os projectos a decorrer têm que ser concluídos até ao final de 2010. O objectivo é que em 2011 se possa atingir o equilíbrio entre as despesas e as receitas. Referiu também o problema das faltas que se registaram entre os funcionários durante o ano de 2009 e que teve implicações fortes na produtividade. Aqui e como resultado das faltas (doença ou acidente) focou o enorme aumento que a Câmara teve que suportar com as despesas com a ADSE que são depois todas assumidas pela Câmara Municipal (cerca de 250 mil euros em 2009).

Inscreveram-se para intervir os Srs. Deputados Inês Maria Matos, Fernando Abel, João Boto Martins e Edite Cruz.

Dada a palavra à Sra. Deputada Inês Matos esta começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara justificou a situação financeira do Município sobretudo pelo lado do abaixamento da receita, falta de fundos comunitários, valores que não deram entrada no Município, redução de impostos municipais e por isso perguntava se ao nível da despesa houve aumento no ano de 2009 e neste caso que tipo de despesa sofreu aumentos: corrente, capital? Perguntou que medidas iriam ser tomadas ao nível da receita, tendo em conta a situação que hoje se vive. Em relação aos investimentos em curso perguntava se não havia possibilidade de parar alguns tendo em conta a situação financeira do Município. Da parte do Grupo Parlamentar do PSD sugeria que em vez do gasto enorme em papel que se verifica na distribuição dos documentos, esta distribuição fosse feita por CD.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que em relação às medidas a tomar para diminuir as despesas, algumas já estavam a ser aplicadas. Em relação ao aumento da despesa em 2009 disse que não houve um aumento real da despesa, embora nas contas fosse aparecer esse aumento que não era real em resultado do Plano de Saneamento Financeiro pois este obrigava a que as dividas que se reportavam a anos anteriores e pagas em 2009 se considerassem feitas também em 2009. Não contanto com este facto, a despesa de 2009 era sensivelmente igual à de 2008. O aumento com pessoal teve a ver com o aumento das participações para a ADSE e com o aumento na massa salarial que não foi só de 2,9% atendendo aos outros aumentos (subsídio de refeição, horas extraordinárias). Em relação às medidas a tomar para diminuir a despesa corrente, está a ser feita uma análise criteriosa das necessidades de pessoal, de mão de obra, tendo em vista a redução dos contratados, está a fazer-se a renegociação de alguns contratos de prestação de serviços (telecomunicações, seguros, alugueres, contratos de manutenção, etc.) medidas para redução da factura energética, cancelamento de contratos em vigor (EDP, água, telefone) onde já não havia consumo ou utilização mas continuavam os contratos em vigor, maior controlo no consumo dos combustíveis, as máquinas agora já não se deslocavam às bombas, poupando-se desde logo combustível e tempo. Estas medidas de redução nas despesas precisam de algum tempo para se ter resultados, mas têm que ser tomadas pois são aquelas que mais prejudicam as finanças do Município. As despesas de capital, sendo uma boa despesa têm também que ser criteriosamente escolhidas no sentido de resultarem numa mais valia para o Concelho e não mais uma obra para contento de alguns. Era isso que se estava a fazer, a reavaliar alguns projectos e que eventualmente não serão concretizados, como por exemplo as novas Piscinas Municipais pois se não estiverem reunidas as condições previstas será um projecto que não avançará. Serão necessárias algumas medidas para o aumento das receitas. As tarifas de saneamento e recolha de resíduos sólidos não cobrem sequer metade do custo do serviço, será proposto um aumento destas tarifas, está também em revisão a Tabela de Taxas e Licenças do Município, resultando daí o aumento de algumas taxas e possivelmente a redução de algumas. Há ainda a rentabilização do património mas este é um factor que resulta da evolução do mercado, todos esperamos que a economia dê sinais de retoma.

Foi dada a seguir a palavra ao Sr. Deputado Fernando Abel que fez a intervenção que consta do anexo nº1 desta acta e que faz parte integrante da mesma.

Respondendo, o Sr. Presidente da Câmara começou por dizer que não podia admitir que se fizesse uma interpretação ao relatório enviado da maneira que foi feita. Não fazia queixa dos funcionários, o que dizia baseava-

se em factos e as faltas representavam os dados que apresentou e daí resultavam numa menor produtividade. Dizia que a esmagadora maioria dos funcionários da Câmara trabalhavam muito e bem, mas também havia alguns que não o faziam. Havia situações de baixa permanente, por motivos de saúde, de que os trabalhadores não tinham culpa mas que existiam. Só as entidades públicas é que tinham ADSE, qualquer entidade privada quando tem um funcionário por baixa é a Segurança Social que lhe paga. Além disto a Câmara paga também todas as despesas com a saúde, o que não é exactamente o que se passa nas entidades privadas. A ADSE serve para ter os seus funcionários e para adiantar as importâncias das despesas comparticipadas dos funcionários e depois debitar essas despesas às Câmaras. Esperava que houvesse vontade política quer dos actuais, quer dos futuros governantes para acabar com sistemas diferentes de protecção social. Em relação à motivação dos funcionários, havia uma que era a principal, que era receber o ordenado no dia certo, havendo ainda a referir as melhores condições de trabalho oferecidas. Em relação à Empresa Municipal não confirmava os números apresentados, já foi explicado na última sessão o motivo da passagem dos funcionários para a Câmara Municipal. Não podia correr o risco de cada vez que se transferiam verbas para a Empresa Municipal pagasse 20% de IVA sobre essas transferências. Se esta situação se mantivesse, o que poderá acontecer será o encerramento da Combanima. A Empresa continua a ter funcionários, continua a gerir os espaços que lhe estão atribuídos, os bens móveis, os consumos das várias estruturas que tem continuam a ser pagos pela Empresa. Terminou reafirmando que se a situação de aplicação de IVA às transferências se mantiver terá que se fechar a Empresa.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado Fernando Abel para dizer que era empresário com uma experiência de longos anos e sabia que os servidores do Estado tinham ADSE e que os das Empresas Privadas tinham Segurança Social. O que queria dizer é que os custos apresentados eram naturalmente o resultado de se ter empregados. Era evidente que da forma como foi apresentada a situação, havia custos acrescidos que desconhecia. O que agora pode perceber era que a Câmara acabava por complementar aos seus servidores quando estavam doentes o pagamento de parte das despesas. Concordava que no futuro todos os cidadãos estivessem sujeitos às mesmas regras, independentemente de trabalharem no sector privado ou público.

O Sr. Presidente da câmara pediu novamente a palavra para dizer que a Câmara Municipal além de pagar a taxa obrigatória de 15% para a ADSE, pagava também as comparticipações que inicialmente são pagas pela ADSE e que esta factura tem vindo a aumentar nos últimos tempos de uma forma assustadora.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado João Boto Martins que começou por se referir ao assunto das faltas dizendo que a informação dada pelo Sr. Presidente da Câmara não era esclarecedora pois não mencionava o tipo de faltas. Considerou esclarecido o assunto, assim como a situação dos funcionários da Câmara não serem equiparados aos funcionários públicos em termos de benefícios da ADSE, estando também de acordo em que não deveria haver diferenças entre os diversos sistemas de assistência na doença. Sobre a informação da situação financeira da Câmara disse que nela se fazia referência à evolução da dívida a curto prazo nos últimos dois meses e o mapa referido não fazia parte da documentação. Por outro lado registava com surpresa um aumento inesperado das receitas nos meses de Junho e Julho. Continuando fez a intervenção que consta do anexo nº2 desta acta e que faz parte integrante da mesma.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que tal como foram apresentadas todas as dúvidas também gostaria que alguém lhe explicasse a razão porque o défice do Estado era em



2008 de 2,8% e em 2009 de 9,3%. Se alguém lhe explicasse esta situação talvez também pudesse explicar a razão porque em 2009 não se conseguiu cumprir o que estava especificado no Plano de Saneamento Financeiro. Os elementos pedidos serão enviados, havendo um reparo que gostava de fazer, os 965 mil euros referem-se efectivamente a participações sobre o valor facturado e sobre a taxa de participação que os projectos tiveram, pois se a taxa fosse a que deveria ser o valor seria muito superior. Dizia também que o PSF será cumprido eventualmente terá um pedido de reprogramação. Em relação ao aumento das despesas com pessoal, já foi explicada a sua razão. Sobre a existência de um quadro que apresentava receitas anormais em Junho e Julho, isso devia-se ao facto de nessa altura ter sido levantado o correspondente ao valor do empréstimo do PSF para pagar as dívidas. No valor referido de 4 milhões, há cerca de 2 milhões que foi assumido que se mantinham em conta corrente, a razão tinha a ver com um acto de gestão. Havia acordos de regularização de dívida com alguns fornecedores que tinham taxas de juro anormalmente baixas e se fosse utilizada verba do empréstimo do PSF para pagar estas dívidas estar-se-ia a perder dinheiro. Estes acordos estarão pagos em cerca de dois anos e poupar-se-á uma quantia substancial em juros. Se se somarem estes 2 milhões mais 1 milhão e tal de fundos comunitários que não estão lá, quase que se chega aos 4 milhões. Houve também uma queda da receita como já foi explicado e esse facto também vem justificar uma parte desses 4 milhões. Gostava que a bancada do Partido Socialista tivesse consciência, porque ele tinha-a do que será a situação da Câmara entrar em desequilíbrio financeiro estrutural. Gostava de Santa Comba e a última coisa que queria ver na Câmara era a vinda de um enviado do Governo para a gerir, nessa altura uma Junta de Freguesia ou uma Associação que necessitassem de ajuda de certeza que não haveria nada, o tipo de apoio social que hoje há deixaria de existir, portanto esperava que houvesse consciência por parte dos elementos do Partido Socialista que o ser declarado o desequilíbrio financeiro estrutural iria ser catastrófico para o Concelho e não para ele. O problema não estava no executivo, o problema estava no Concelho e portanto considerava que deveria haver muito cuidado a abordar este assunto, a situação actual não foi exclusivamente criada agora e havia portanto que assumir responsabilidades.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Edite Cruz que devido a problemas técnicos não pode fazer a intervenção que pretendia pois o apoio necessário do projector de vídeo não estava operacional. A sua intervenção prendia-se com a construção do Centro Educativo Norte e a participação do QREN. Referiu o passado na última Assembleia onde afirmou que os Centros Educativos de Tondela e Viseu tinham participações na ordem dos 70% e a situação do Centro Norte de SCDão ser participado em apenas 30%. Na altura a justificação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara foi de que aqueles Centros não foram construídos de raiz, mas tinha ali imagens para mostrar que aquilo não correspondia à verdade. Apresentou o exemplo do Centro Escolar de Rio de Loba que era participado em 70% e era construído de raiz. Questionou os valores muito maiores do Centro Educativo Norte comparado com os Centros de Viseu, frisando que a participação era sobre o investimento elegível e não sobre o custo total da obra, pois até se podiam colocar puxadores de ouro. Questionou a situação de Viseu fazer um Centro com treze salas e que custou pouco mais de 1 milhão de euros e SCDão fazer outro com menos salas custando cerca de 3 milhões de euros, estava claro que era uma opção da equipa técnica que fez o projecto. Provavelmente não houve cuidado na elaboração do projecto. Disse haver formulários e regulamentos específicos sobre a forma como deve ser gerida a construção do projecto. Disse que os critérios foram iguais para todas as Câmaras e já tinha provado que houve Câmaras que fizeram construções de raiz e tiveram 70% de participação. Eram os dados que tinha e agradecia que fosse corrigida se pudessem. Leu também as condições de participação constantes do regulamento onde estava explícito o valor da participação por sala e o que era participado. Gostava que

tudo fosse clarificado pois estavam em causa cerca de 2 milhões de euros. Terminou a questionar como se podia explicar esta diferença e pedindo para mais uma vez não dizerem que não gostava dos alunos de SCDão.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder e que começou por dizer que estava admirado, perguntando à Sra. Deputada se conhecia os Centros Educativos de SCDão pois não havia lá puxadores de ouro e nada de luxos. A empreitada do Centro Educativo Norte estava orçamentada em cerca de 3 milhões de euros. Disse que Mortágua no seu Centro Educativo teve uma comparticipação de 31% e seria que Mortágua também tinha puxadores de ouro e outros luxos? Confirmou que Tondela não fez uma construção de raiz e Viseu fez adaptações de edifícios, nem sequer gastou verbas nos terrenos porque já os tinha. Tínhamos uma biblioteca, um refeitório, uma cozinha, sala de professores e espaços exteriores, sendo tudo obrigatório. Os nossos Centros Educativos tinham a mais duas salas: sala de informática e sala de expressão plástica, tendo também uma sala de prolongamento no Jardim de Infância que também é obrigatória. As contas foram feitas e bem feitas, os Centros foram construídos de acordo com as normas do Ministério da Educação. Claro que não dizia à Sra. Deputada que não gostava dos alunos de SCDão, com certeza que gostava, gostava tanto como ele, mas ficava muito orgulhoso por os Centros Educativos serem exemplares e se mesmo sendo exemplares havia problemas com os pais, se fossem fazer tudo o que os pais queriam para os seus filhos então o preço disparava mais. A construção dos Centros é completamente normal, o projecto inicial previa que as paredes exteriores fossem revestidas a granito, mas nem isso foi feito para diminuir os custos. Perguntava agora porque razão e estando previsto nas normas europeias que a aquisição de terrenos fosse também financiada, porque razão não entrava aqui no regulamento, isto também pesava. Talvez por deformação profissional, gostava de fazer as obras bem feitas ou então não as fazia, porque para remediar já havia muito. Desde que entrou na Câmara as obras podiam custar mais, mas tinham que ser bem feitas e com todas as condições. Terminou a dizer que se estavam a fazer obras nas ruas e a primeira coisa que se faz é substituir todas as infra-estruturas existentes, o que nunca foi feito antes.

Para pedir um esclarecimento foi dada a palavra ao Sr. Deputado Boto Martins que pediu ao Sr. Presidente da Câmara para esclarecer se considerava que o PS estava interessado em trazer mentiras quando tiveram a preocupação de trazer fotografias e o preço das obras estava nos placards expostos em frente às obras e portanto não estavam a inventar nada, nem tinham nisso qualquer interesse. Não precisavam de dizer que também gostavam de Santa Comba e que estavam ali para defender o que consideravam melhor para o Concelho. Os dados que dispunham eram os já apresentados, acreditavam no que o Sr. Presidente da Câmara acabava de dizer mas continuavam sem compreender como podia haver uma diferença tão grande de custos entre o Centro Educativo Norte e o Centro Educativo de Viseu que foi referido, que pelas fotografias se vê que é uma construção de raiz e não uma adaptação de um edifício já existente. Pediu também esclarecimentos no âmbito das obras de requalificação da ex-EN2 dentro do plano de mobilidade que foi apresentado e que foi aprovado por unanimidade. O PS aprovou-o por o achar de qualidade, embora não o tenham analisado em pormenor por ter sido apresentado em Power Point. Foi portanto uma aprovação na generalidade de um plano que lhes pareceu bem elaborado. Isso não implicava que estivessem de acordo com a concretização no terreno das várias partes do plano. O primeiro caso que lhe chamava a atenção era o que estava em curso junto à Biblioteca. Julgava pelas obras que em frente à Biblioteca iria ficar um espaço de estacionamento para deficientes e por isso gostava de o alertar para ali ficar também um espaço para o estacionamento de um pequeno autocarro que transportasse alunos das escolas e que se deslocassem em visita à Biblioteca.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que houve uma situação relativamente a Tondela e Viseu e também ao Sátão que ainda não foi focado o que ainda não tinha sido referido, é que as participações a 70% daqueles Centros Educativos também foram financiadas por dinheiros do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, registando-se ainda a situação de já terem sido pagas as participações pois o dinheiro estava disponível. Se fosse pelas normas actuais era impossível o Centro Educativo de Viseu ter aquele custo, ninguém fazia milagres em engenharia. Considerou uma injustiça esta disparidade de participações, pois os primeiros projectos que apanharam o terceiro Quadro Comunitário de Apoio tiveram participações de 70% e os que foram abrangidos pelo QREN tiveram à volta de 30% como acontecia com Mortágua. Em relação ao estacionamento do autocarro em frente à Biblioteca disse que as obras também se faziam para serem utilizadas, se o autocarro utilizasse aquele sítio dez vezes por ano não achava que se tivesse de fazer o local de estacionamento porque muito facilmente o autocarro subia o passeio, deixava os alunos e regressava depois para os retirar.

Pedi novamente a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz para dizer que já tinha referido na sessão anterior a situação de Mortágua e não ficava nada chocada com o valor da participação assim como não ficava chocada com o caso de SCDão. Já ficava chocada por ver no relatório do Saneamento Financeiro lamentos por não se ter a participação máxima e apresentar isso como um argumento negativo. Desafiava o Sr. Presidente da Câmara a pedir um relatório à Comissão de Análise destes projectos e explicar à Assembleia o porquê dos 29%, pois é um relatório que está previsto no Regulamento. Continuava a achar tudo normal caso a Câmara não estivesse na situação de descalabro financeiro em que está. O Sr. Presidente não devia continuar a focar a falta de financiamento pois o caso tinha sido uma opção. Era teimosa e iria falar com o colega do Sr. Presidente da Câmara para se inteirar do que tinha sido dito. A informação que apresentou estava nos placards públicos junto à obra, onde pensava não haver qualquer mentira. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara assumisse a posição que tomou.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse estranhar aquela insistência ou então a Sra. Deputada não ouvia o que ele dizia ou não queria ouvir. Já tinha referido que quando foi feito o Plano de Saneamento Financeiro (Outubro de 2008) ainda não havia regulamentos específicos, falava-se na participação de 100 mil euros por sala, pensando-se que todas as salas eram contempladas. A opção foi feita em função da participação que era prevista naquela altura. O que queria referir era que se soubesse que a participação era aquela obviamente não tinha feito algumas estruturas.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Esmeraldo Gomes para dizer que todos tinham consciência que muita da informação que se pretendia era através da consulta pela internet. Queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara para agir perante quem actualiza a página da Câmara, uma vez que precisou de consultar assuntos relacionados com a Câmara verificando que a página estava em manutenção, portanto pedia que quando fosse necessário fazer limpeza na página, a mesma fosse feita fora do período de sessões da Assembleia.

O Sr. Presidente da Câmara informou o Sr. Deputado que a página estava em manutenção porque o site que estava alojado na Viseu Digital vai deixar de estar e vai estar no domínio próprio da Câmara. Dentro de três ou quatro dias já estará tudo resolvido. A situação não foi intencional.

Porque não foi autorizado qualquer diálogo pelo Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Deputado Esmeraldo Gomes pediu a palavra para dizer que se havia pessoas que gostavam de cumprir o estabelecido ele era uma delas e

no seu entender já tinha havido anteriormente diálogo entre o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Deputada Edite Cruz e para isso pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que estivesse atento à gravação.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado César Branquinho que começou por dizer que o Partido Socialista tinha tido razão quando criticou a publicação do Boletim Municipal mensalmente e agora a sua publicação era menos frequente. Concordou com o Sr. Presidente da Câmara em relação ao problema da ADSE, mas lembrou que este Governo começou a fornecer aos reformados medicamentos gratuitos. Focou as tolerâncias de ponto dadas pela Câmara quando há feriados, concordando mas lembrava os prejuízos para algumas pessoas de fora que poderiam aproveitar aqueles dias para tratar de assuntos municipais, sugerindo que trabalhassem nessas ocasiões 50% dos funcionários. Era de SCDão e gostava da sua terra, havia problemas financeiros a nível mundial, no País e havia obras que não foram feitas: as Termas do Granjal e a Sra. da Ribeira. Agradeceu às bancadas a compreensão manifestada durante os últimos doze anos em que foi porta-voz da bancada do Partido Socialista. Lembrou novamente algumas obras previstas que não estavam feitas, entre elas o Museu do Estado Novo e na sua opinião e uma vez que a escola do Vimieiro estava desactivada, sendo um edifício de granito e devido à sua localização podia ser aproveitada para ali funcionar o Museu do Estado Novo. Era uma opinião pessoal e terminou dizendo que estava disponível para ajudar.

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu as palavras do Sr. Deputado César Branquinho e disse que em relação às tolerâncias de ponto elas eram dadas com um determinado objectivo e se os moradores de fora têm direito a elas de forma a virem a SCDão, os de cá também tinham direito a elas e nesse sentido a igualdade tinha que ser para todos. Em relação às Termas do Granjal e à Sra. da Ribeira disse que os projectos estavam a andar, era preciso ver que há etapas a cumprir. Qualquer um destes projectos precisa da elaboração de um Plano de Pormenor, que estão já numa fase bastante adiantada de elaboração, eventualmente ainda este ano serão presentes à Assembleia para aprovação. Só depois disto é possível contactar empresas para poderem avançar com investimentos. No caso da Sra. da Ribeira já há uma empresa que está a trabalhar com a Câmara, no Granjal ainda não mas quando chegar a altura com certeza que não faltarão interessados. Em relação ao Museu do Estado Novo ficar na Escola Cantina do Vimeiro disse que aquela escola iria ter outro destino e o projecto existente não enquadrava tal situação.

Seguiu-se depois para o ponto dois ponto oito: ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2010 DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES/CONHECIMENTO. Não havendo pedidos de intervenção foi considerado que a Assembleia tomou conhecimento deste assunto.

Passou-se para o ponto dois ponto nove: RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO/CONHECIMENTO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este solicitou que o relatório fosse apresentado pelo Sr. Vereador António José Correia. Este e em virtude do apoio técnico não estar operacional e a apresentação do relatório ser baseada em projecção de imagens solicitou que o relatório fosse apresentado na próxima sessão da Assembleia, o que foi aceite pelo Sr. Presidente da Assembleia.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que posta á votação foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Inscreveram-se para intervir neste período os munícipes: Esmeralda Rocha Antas de Vila Pouca, Luís de Almeida Santos de SCDão e Luís Carlos Tavares de SCDão.

Dada a palavra à Sra. D. Esmeralda Antas esta começou por dizer que inicialmente tinha dois esclarecimentos a pedir, sendo que o primeiro já tinha sido apresentado e tratado no Período de Antes da Ordem do Dia e era a questão do muro à entrada da Gestosa. A segunda questão era saber o que estava previsto para a utilização do edifício da escola de Vila Pouca.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que informou a munícipe que a escola de Vila Pouca estava destinada à construção de um Centro de Actividades Operacionais para deficientes e logo que haja uma candidatura por parte da APPACDM-Viseu a obra será feita com a colaboração da Câmara Municipal que será logística ou pouco mais.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Luís Almeida Santos que referiu a situação do Mercado Municipal classificando-a de vergonhosa. Falta de higiene por falta de detergentes, um muro destruído, etc. Havendo bancas vazias havia a lamentar a existência de vendedores com produtos no chão.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara concordou que o Mercado Municipal estava degradado, precisando com urgência de uma intervenção. Desconhecia a falta de detergentes para manter a higiene das instalações e se isso acontecia era porque alguém estava a falhar e não os solicitava. Esperava-se que ainda dentro deste Quadro Comunitário de Apoio ou qualquer outro programa pudesse haver alguma situação de disponibilidade de verbas para fazer uma intervenção. O Mercado precisava urgentemente de obras, de pintura, de reparação da cobertura e da mudança de caixilharia. Relativamente à situação de produtos no chão já tinha sido dada a ordem para que isso não se verifique e que sejam utilizadas as bancas que estão vazias.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Luís Carlos Tavares que solicitou esclarecimento do porquê de ainda não terem sido solicitados às Associações Juvenis os seus representantes no Conselho Municipal da Juventude.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou desconhecer a situação mas que iria na próxima sessão dar informação sobre o assunto.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para dizer que perante a resposta do Sr. Presidente da Câmara gostava de dar uma sugestão e fazer um pequeno reparo. Em vez de se dar a resposta na próxima Assembleia talvez se pudesse fazer antes dando a resposta directamente, ao que o Sr. Presidente da Assembleia retorquiu que tal poderia ser feito oficiosamente mas também devia ser dada a resposta na próxima Assembleia.

Pedi a seguir a palavra a Sra. Deputada Inês Maria Matos dizendo que a sua intervenção iria ser na qualidade de funcionária da Câmara Municipal e não como Deputada. Disse que o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude já tinha sido revisto na Câmara Municipal, estava-se agora na fase em que iriam ser chamados os representantes que dele iriam fazer parte para leitura, avaliação e aprovação. O assunto não estava esquecido na Câmara Municipal.

Mediante esta informação foi considerado que foi dado o esclarecimento necessário que tinha sido solicitado.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão pelas dezassete horas e vinte cinco minutos, dela se lavrando a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Anexo N=1

Srº Presidente da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão

Srº Presidente da Câmara

Srºs Vereadores

Srºs Membros da Assembleia Municipal

Minhas Senhoras e meus Senhores.



» » » Extraído do Relatório que nos foi enviado, diz o Senhor Presidente da Câmara, que a produtividade dos funcionários do Município é muito baixa, que se registaram em 2009, qualquer coisa como 3.973 dias úteis de faltas ao trabalho.

Esta afirmação é muito grave e, mais ainda quando se diz que 10% dos trabalhadores desta entidade não produziram.

Deu-nos outros dados para compararmos, sendo ainda mais preciso quando diz que a situação corresponde a que 17 funcionários durante o Ano não tivessem comparecido ao trabalho ; e que foi necessário recorrer ao trabalho extraordinário para compensar as faltas, o que acabou por agravar os custos no Município em mais de 250.000€ durante o Ano de 2009.

Lembra também que a Câmara tem compromissos com a ADSE e que por esta razão também sai penalizada; é verdade, mas esse é o custo de quem emprega ,e nas empresas privadas o que elas descontam é bastante mais.

Lembro tão só o quanto custa a admissão indiscriminada de funcionários quando são acima das necessidades : --( salários + todos os custos adicionais )

» » » Diz também o Srº Presidente que este Sector terá que sofrer obrigatoriamente uma reestruturação urgente.

» » » Srº Presidente, de facto o traçado apresentado por Vª Exª poder-se-á considerar bastante negro.

» » » As perguntas que lhe faço e que tem a ver com esta situação, são estas ? O que é que já foi feito para motivar esta gente tão faltosa ? :-- A cadeia de comando está bem elaborada ? :-- As pessoas sentem-se felizes ?:- talvez valesse a pena fazer este estudo,

Primeiro relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro (PSF) – Ponto 2.7 da Ordem de Trabalhos da sessão ordinária de 22 de Fevereiro de 2010

Apreciação da bancada do Partido Socialista

Senhor Presidente,

O relatório em apreço merece-nos os seguintes comentários e observações:

Na introdução, no fim do primeiro parágrafo da pág.4, refere-se que o Município aplicou no pagamento de dívidas a terceiros o montante de 6.5 milhões de euros, tal como está previsto no PSF; todavia, não nos é facultada uma lista que enumere os fornecedores em questão, as datas dos pagamentos e o montante liquidado, elemento indispensável para que esta Assembleia possa ajuizar do cumprimento desta parte do PSF.

Refere-se a seguir que o “curto espaço de tempo decorrido desde o visto do Tribunal de Contas ... inviabilizou uma efectiva implementação das medidas previstas no PSF”, o que contradiz o que a própria Câmara afirma no seu no ofício nº1370, enviado ao Tribunal de Contas em 2 de Junho de 2009, nomeadamente que as acções a levar a cabo pelo Município para obter a maximização de receitas e a contenção de despesas teriam sido implementadas mesmo antes da aprovação do PSF e teriam produzido efeitos práticos já em 2008.

No 3º parágrafo desta pag. 4, refere-se a impossibilidade de obter demonstrações financeiras definitivas relativas a 31/12/2009, o que se compreende; já não se aceita a inexistências dessas demonstrações financeiras reportadas a 30/06/2009, uma vez que no próprio PSF, na pag. 66, ponto 5.5, “*sistema de avaliação e acompanhamento financeiro* “ se referem dois instrumentos, o primeiro, a nível administrativo, constituído por um dossier com todos os documentos desse processo para facilmente analisar a qualquer momento o estado de concretização do plano, e o segundo, a nível funcional, constituído por um “*tableau de bord*” onde seriam registados todos os indicadores que permitiriam verificar a adequação das acções aos objectivos definidos no PSF.

A seguir, na pag. 7, afirma-se que os investimentos previstos no PSF Foram financiados com recurso a crédito de curto prazo por não ter havido meios libertos suficientes nem terem sido recebidos os subsídios comunitários respectivos, o que contradiz a intenção afirmada no PSF, pág.56 e reafirmado na pág.75, nomeadamente que “ os investimentos só serão realizados se tiver sido aprovado o incentivo comunitário correspondente e (após) terem sido obtidas as receitas extraordinárias previstas; além disso, a calendarização dos



ao Senhor Presidente desta Assembleia que diligencie no sentido de nos serem facultados os documentos em falta e exortamos o executivo a ter em conta as nossas observações na elaboração do próximo relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping loops and a long horizontal stroke at the bottom.

Os deputados do PS